

HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

Porto de Cáceres está pronto para operar: “agora estamos dependendo da chuva”

Modal hidroviário vai facilitar o escoamento da produção da região

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O Porto Fluvial de Cáceres foi reformado e está pronto para operar com o transporte de cargas pela Hidrovia Paraguai-Paraná. Em visita ao município de Cáceres, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes conheceu o local, que será responsável por escoar boa parte da produção de grãos da região Oeste e Sudoeste do estado.

“No ano passado construímos a solução junto com a Associação dos Produtores da região. Ele está todo reformado, e pronto para operar. A licença ambiental já foi concedida. É uma obra muito esperada, que soma com a ZPE (Zona de Processamento de Exportação), que é outra importante

iniciativa que está há décadas aguardando, e agora, nós retomamos”, afirma o governador.

A estrutura estava desativada há pouco mais de 10 anos, e será reativada após as melhorias implantadas por meio de uma cooperação entre a Companhia Mato-Grossense de Mineração (Metamat), a As-

“Quando (...) tiver condições de navegabilidade, a gente começa

sociação Pró-Hidrovia do Rio Paraguai (APH), para a retomada das atividades.

De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Tangará da Serra (MT) e da Associação Pró-Hidrovia do Rio Paraguai, Vanderlei Reck Júnior, a previsão é de que o Porto possa funcionar ainda

neste ano. “Estamos com o Porto 100% pronto para operar e agora estamos dependendo da chuva. Quando voltar a chover e o nível do rio começar a subir, e tiver condições de navegabilidade, a gente começa as operações”, explica o responsável.

A previsão para isso é para segunda quinzena de novembro ou início de dezembro, conforme histórico pluviométrico dos anos anteriores. “Se tudo ocorrer dentro da normalidade, início de dezembro já estamos iniciando as operações no Porto de Cáceres”.

Formada por produtores da região, a Associação Pró-Hidrovia investiu aproximadamente R\$ 1,5 milhão na obra de readequação. Com o início das atividades, será possível não apenas um custo benefício mais atrativo para o produtor na exportação de produtos, como na importação de fertilizantes e adubos de países vizinhos pelo modal hidroviário. (Com informações Secom-MT)



Governador Mauro Mendes em visita nesta terça



Deputado estadual Paulo Araújo (PP)

TANGARÁ DA SERRA

Paulo Araújo pede retomada das obras na MT-339

Para ele, a MT-339 precisa ser reparada em alguns trechos

ALMT

O deputado estadual Paulo Araújo (PP), ocupou a tribuna do pequeno expediente da sessão remota da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), desta quarta-feira, 2, para apresentar três indicações destinadas aos municípios de Cuiabá e Tangará da Serra.

Durante seu pronunciamento, o parlamentar ressaltou a Indicação nº 1090 que sugere ao governo do estado a viabilização de reforço no efetivo policial militar e de ronda policial para atender os bairros Morada do Ouro I, II e III, em Cuiabá. Ele explica que a

demanda se justifica, tendo em vista o aumento da violência e da quantidade de roubos e furtos na região, o que está causando pânico aos moradores.

Para Tangará da Serra, Paulo Araújo solicitou à Secretaria Estadual de Infraestrutura a necessidade de retomada das obras na MT-339, que liga o assentamento Antônio Conselheiro ao município. Para ele, a MT-339 precisa ser reparada em alguns trechos a fim de atender aos anseios da po-

“Precariedade desta MT (rodovia), que se dá pela falta de asfalto

pulação. “Estou atendendo uma demanda trazida pelo vereador Carlinho da Esmeralda, de Tangará da Serra. Ele me contou sobre a precariedade desta MT (rodovia), que se dá pela falta de asfalto naquela região, especialmente no trecho que liga o assentamento Antônio Conselheiro. Segundo ele, é normal ver carros e caminhões todos os dias parados na beira da estrada, devido aos danos causados por buracos ou acidentes”, relatou o parlamentar.

Em outra Indicação de nº 3585, Paulo Araújo solicitou ao secretário da Casa Civil, Mauro Carvalho, a flexibilização das penalidades advindas da inscrição em dívida ativa referentes a débitos adquiridos durante o período de calamidade pública, decorrente da pandemia referente ao novo coronavírus.